

Os artigos do número 112 da *Nação e Defesa* tratam de três temas distintos. A Europa constitui o primeiro grande tema da corrente edição. O Professor Adriano Moreira aborda uma questão central para a ordem política europeia: a definição das fronteiras institucionais da Aliança Atlântica e da União Europeia após o fim da Guerra Fria. Segundo o Professor Adriano Moreira, a segurança entre o Atlântico e os Urais e a integração regional são os objectivos vitais das estratégias de estabilização das duas instituições. Subsistem, no entanto, algumas interrogações que exigem reflexão por parte dos decisores europeus. Por um lado, a validade do significado de “patriotismo constitucional” para, por exemplo, possibilitar a integração da Turquia na União Europeia; e, por outro lado, uma avaliação da “governabilidade” de uma Europa alargada. O tema das fronteiras surge igualmente no artigo do Professor José Pedro Fernandes sobre os conflitos nos Balcãs. As guerras da década de 1990 na antiga Jugoslávia demonstraram a existência de fronteiras entre a “ilha de paz” europeia e o estado de guerra jugoslavo. O autor argumenta que muitas das especificidades da região balcânica resultam da herança do império otomano.

O analista e académico irlandês, Fraser Cameron, discute um outro tema crucial para o futuro da Europa: as relações entre os Estados Unidos e a União Europeia. Embora afirmando que uma boa relação entre os dois lados do Atlântico é indispensável para a estabilidade mundial, o autor reconhece que surgiram problemas sérios desde o final de 2002. Os desacordos entre Washington e algumas capitais europeias resultaram, antes de mais, da política unilateral da administração norte americana, a qual provocou, na Europa, uma oposição à hegemonia dos Estados Unidos. No entanto, de acordo com Fraser Cameron, a reacção contra-hegemónica não serve de base a uma estratégia realista para a União Europeia lidar com a potência hegemónica. Ainda no contexto da relação transatlântica, o Professor David Coleman, da Universidade de Virgínia, analisa a emergência da diplomacia multilateral alemã, a qual se manifestou de um modo inequívoco durante o processo de reunificação, entre 1989 e 1990. Segundo o autor, as diver-

gências entre Washington e Berlim, a partir de finais de 2002, a propósito da guerra do Iraque, resultam em larga medida da transformação histórica na cultura estratégica alemã desde 1945. Com esta contribuição, encerra-se o tratamento da questão europeia.

A evolução dos conflitos internacionais e o pensamento sobre a guerra constitui o segundo grande tema do número 112 da *Nação e Defesa*. Segundo a Professora Maria do Céu Pinto, um grande número de conflitos desde o fim da Guerra Fria tem uma natureza étnica e ocorre no interior dos “Estados falhados”. A autora chama a atenção para dois pontos cruciais. Em primeiro lugar, diz-nos que as partes destes conflitos, em muitos casos, têm mais incentivos para continuar a guerra do que para fazer a paz. Constata ainda que a conjugação entre os “conflitos de fraca intensidade” e as novas ameaças globais, como o terrorismo e a proliferação de armas de destruição maciça, constitui um problema muito sério para a segurança internacional. O Dr. António Paulo Duarte procura construir uma “teoria da guerra global”, fazendo uma genealogia do conceito. Abordando o caso da II Guerra Mundial, conclui que a guerra total é a culminação da guerra “no seu sentido mais puro e duro”.

As questões associadas às Forças Armadas formam o terceiro grande tema do número 112 da *Nação e Defesa*. O conjunto de quatro artigos pode ser dividido em dois tipos de abordagens. De um lado, temos uma perspectiva histórica. O Professor António José Telo avalia o papel dos militares “na modernização da sociedade portuguesa”, atribuindo-lhes uma posição de destaque. O lugar central da instituição militar resulta de dois factores externos e de um factor interno. Os primeiros dizem respeito à natureza da sociedade portuguesa, nomeadamente a sua sensibilidade especial às mudanças internacionais e a sua incapacidade de evoluir de um modo gradual e reformista. Ao contrário da tendência nacional, as Forças Armadas adaptam-se mais depressa às alterações externas, liderando assim os processos de modernização do país.

Num estudo detalhado sobre a reorganização do Exército Português conduzida pelo Conde de Lippe, entre 1762 e 1777, Miguel Freire procura retirar alguns “ensinamentos” úteis para o presente. Entre as condições indispensáveis para o sucesso de um processo de reformas, destacam-se, conclui o autor, a necessidade de um envolvimento empenhado do poder político e de toda a hierarquia militar.

Os últimos dois artigos adoptam uma metodologia mais empírica, assente no estudo de bases de dados actuais. Silva Paulo analisa um conjunto de “indicadores e de índices de produtividade”, que permitem avaliar as “tendências de produtividade da Marinha de Guerra Portuguesa e até compará-la com outras marinhas”. O artigo sugere a

realização de “futuras investigações” com o objectivo de se elaborarem “indicadores” mais desenvolvidos para novos estudos comparativos. Por fim, Vieira Borges define o estado da “cultura de segurança e defesa” no ensino superior em Portugal. Neste trabalho, o autor apresenta ainda um conjunto de propostas, assente num projecto a desenvolver no IDN, o “Plano Director de Cultura de Segurança e Defesa”, com o objectivo de aprofundar os estudos da segurança e defesa em Portugal.

João Marques de Almeida